

JORNALISMO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: REFLEXÕES A PARTIR DA ÓTICA DO JORNALISMO AMBIENTAL

ILZA MARIA TOURINHO GIRARDI
CLAUDIA HERTE DE MORAES

“[...] a questão natural é a nova questão de nossa época perturbada e exausta. Assim, o que precisamos, de agora em diante, é construir nossa sociedade e nossa história a partir da natureza.”

Serge Moscovici

1. INTRODUÇÃO

Neste texto temos por objetivo fazer uma reflexão sobre como o jornalismo aborda as mudanças climáticas, tema que emerge como pauta especialmente a partir das publicações dos relatórios pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas¹. O relatório do IPCC de 2007 aponta para um quadro no qual o aquecimento global é inequívoco. A presença na mídia se intensificou ainda mais, pois neste documento constou que: “É muito provável que a maior parte do aumento observado nas temperaturas médias globais desde meados do século XX se deva ao aumento observado nas concentrações antrópicas de gases de efeito estufa” (Mudança do clima, IPCC, 2007:15), ou seja, os cientistas passaram a ter 90% de certeza de que o aumento de temperatura do planeta tem como causa principal a ação humana.

1 O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) foi criado em 1988, pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) ao detectarem o problema mundial das mudanças climáticas. O primeiro Relatório de Avaliação sobre o Meio Ambiente (Assessment Report, ou simplesmente AR) foi publicado em 1990 e reuniu argumentos em favor da criação da Convenção do Quadro das Nações Unidas para Mudanças do Clima (em inglês, UNFCCC).

Um dos relatórios divulgados naquele ano afirmava que ainda era possível conter o aumento do aquecimento desde que trabalhos nesse sentido iniciassem antes 2015. Isso evidencia o papel dos governos e das diversas instituições da sociedade para a implementação de medidas para a diminuição das emissões de gases de efeito estufa. Nesse contexto o jornalismo ocupa um lugar importante pela sua natureza de mediador social com amplo alcance, pois dá visibilidade as informações que transitam pelo mundo e pelo poder político ao cidadão.

Victor Gentilli (2005) enriquece esse debate nos dizendo: “Com o avanço democrático, o cidadão passa a demandar informações. O jornal, como produto posto no mercado, oferece um bem cultural que se propõe atender esta demanda. É nesse sentido que se pode entender o jornalista como mediador.” (2005:143) Ele propõe que o jornalismo seja exercido de forma a oferecer:

[...] uma melhor maneira possível uma forma de conhecimento do mundo, que permita ao cidadão as condições de escolha quando se tratar de direitos políticos, que ofereça as condições básicas (jornalismo de serviços) para o desenrolar cotidiano de suas atividades. Que pense a práxis profissional no contexto amplo da ampliação da cidadania, do pluralismo, da liberdade, da democracia (Gentilli, 2005:143).

Seguindo a perspectiva de Victor Gentilli, acrescentamos que o jornalismo tem uma função educativa e que por isso deve estimular o debate sobre questões relacionadas à qualidade de vida, que é afetada também pela qualidade do ambiente onde vivemos que, por sua vez, sofre inúmeras influências, entre elas a partir das mudanças climáticas.

Os desastres ambientais decorrentes das mudanças climáticas afetam a vida de todos os seres vivos e tem merecido um olhar mais cuidadoso da imprensa e dos pesquisadores de jornalismo em todo o mundo. A imprensa cumpre o seu papel informando e os pesquisadores, analisando como é a cobertura e sugerindo caminhos. O diálogo de ambas as partes é fundamental para aperfeiçoarmos a qualidade das coberturas jornalísticas e das pesquisas realizadas. Esse diálogo demonstra que jornalistas e pesquisadores compreendem que o seu compromisso é com a cidadania. Uma sociedade devidamente informada está apta para participar do debate sobre a implementação de políticas públicas voltadas para a redução e controle das emissões de gases de efeito estufa, tendo como fim a busca da sustentabilidade da vida.

No Brasil, um exemplo é a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) criada formalmente em 1993, que desenvolve desde 2005 uma série de iniciativas

tendo como objetivo maior “estimular e aprimorar o debate público sobre o tema mudanças climáticas”, aproveitando-se, para isso, de sua experiência na atuação no campo da mídia e dos direitos da infância. (Vivarta, 2010)

Compreendendo a necessidade de desenvolver ações para disseminar informações sobre as alterações do clima, a ANDI criou o Portal Mudanças Climáticas e passou a desenvolver a análise da cobertura da mídia impressa, encontros para discutir jornalismo, política e clima e oficinas nas redações. Em 2010 foi lançado o livro Mudanças climáticas na imprensa brasileira: uma análise comparativa de 50 jornais nos períodos de julho de 2005 a junho de 2007- julho de 2007 a dezembro de 2008, coordenado por Veet Vivarta. Foram analisados textos publicados entre 2005 e 2007. Foi evidenciado um grande aumento no número de matérias sobre Mudanças Climáticas a partir do segundo semestre de 2006. As publicações mantiveram-se em ascensão até junho de 2007. A partir do segundo semestre ocorre uma queda na cobertura, que se estende até 2008. A mesma tendência foi observada em pesquisas internacionais. (Vivarta, 2010)

Entre seus principais resultados o estudo destacou que:

O tratamento dispensado ao tema apresentou avanços bastante significativos com destaque para a transferência de uma abordagem de risco –que tende a enfatizar os impactos climáticos– para uma leitura mais atenta às estratégias de enfrentamento do problema, portanto de caráter mais preventivo (Vivarta, 2010, online).

Eventos organizados por universidades e associações científicas reunindo jornalistas e pesquisadores do jornalismo e diversas áreas que se interessam em investigar as mudanças climáticas tem ocorrido em todo o mundo e gerado produções que contribuem para a formação de uma massa crítica. O Laboratório Interdisciplinar em Comunicação Ambiental da Universidade Federal de Sergipe promoveu em 2011 o I Encontro Interdisciplinar de Comunicação Ambiental (EICA). No encontro pesquisadores apresentaram suas pesquisas que investigam a cobertura feita sobre meio ambiente e alguns textos apresentaram perspectivas sobre aquecimento global e mudanças climáticas. Em 2012, a Faculdade de Comunicação da Universidade de Sevilha realizou o seminário Meios de Comunicação e Mudanças Climáticas com a participação de especialistas do jornalismo ambiental, assim como de expertos sobre mudanças climáticas.

Com a mesma atenção o Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental - CNPq/UFRGS² tem realizado pesquisas sobre o tratamento do tema mudanças climáticas

pelo jornalismo, ensejado por eventos promovidos pelas agências da ONU encarregadas de construir acordos internacionais para diminuir as emissões e também pela cobertura de desastres.

Este breve panorama nos mostra o interesse crescente também na área acadêmica, que além de produzir conhecimento, forma os futuros profissionais que vão trabalhar nas redações, tendo que se defrontar cada vez mais com a cobertura de tempestades, secas, temperaturas altas, frio intenso, entre outros eventos. Dando continuidade, a seguir apresentamos algumas pesquisas fazendo-se, inicialmente, uma reflexão sobre o jornalismo ambiental.

2. AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS OBSERVADAS ATRAVÉS DA IMPRENSA

Jornalistas ambientais e pesquisadores que assumem a perspectiva do jornalismo ambiental recomendam que a pauta ambiental deve ser transversal, incorporar a visão sistêmica, considerar a complexidade dos eventos ambientais e dar espaço para as diferentes vozes. Lembramos Bacchetta que nos diz:

O jornalismo ambiental considera os efeitos da atividade humana, da ciência e a tecnologia em particular, sobre o planeta e a humanidade. Deve contribuir portanto para a difusão de temas complexos e a análise de suas implicações políticas, sociais, culturais e éticas. É um jornalismo que procura desenvolver a capacidade das pessoas para participar e decidir sua forma de vida na terra, para assumir em definitivo sua cidadania planetária (Bacchetta, 2000, p. 18)³.

O autor conecta a atividade do jornalismo ambiental com a formação de uma cidadania planetária, essencial para que as pessoas participem das decisões sobre a sua vida no presente e no futuro. Sua maneira de ver o jornalismo tem servido de base para as reflexões que dão sustentação para as investigações realizadas e auxiliam ou dão o toque inicial que sensibiliza quem se envereda por esses novos caminhos.

Nosso Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental tem praticado esse novo olhar em seus estudos realizados em grupo ou individualmente e tem chegado

2 Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental é cadastrado no CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e UFRGS- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Congrega pesquisadores da UFRGS e também de outras universidades brasileiras, e alunos da graduação e pós-graduação nos níveis de mestrado e doutorado.

<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0192609HOYAJR0>

3 Tradução livre das autoras.

a conclusões que estão de acordo com outros pesquisadores: a temática ambiental está na imprensa, mas há muito a avançar para melhorar a qualidade das informações.

Com a finalidade de traçar um panorama da cobertura de revistas brasileiras e portuguesas sobre as 15ª e 16ª Conferências das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, realizadas em 2009 na Dinamarca, e em 2010 no México, analisamos os discursos e as fontes de informação presentes nas reportagens sobre o tema publicadas no período de 5 a 20 de dezembro de 2009 nas revistas Veja, Isto É, Época, Carta Capital, Sábado e Focus, que são referência no Brasil e em Portugal. No ano seguinte analisamos somente as revistas brasileiras em suas edições de 27 de novembro a 12 de dezembro. Optamos pelos veículos por terem grande tiragem e circulação e serem importantes formadores da opinião pública de seus países, além de possibilitarem a manifestação de grandes líderes políticos de instituições sociais e associações representativas. (Girardi et al., 2011)

Para entender a importância da Conferência das Partes (COP), convém lembrar que é o órgão supremo da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima. Trata-se de associação de todos os países membros, as Partes, que se reúnem anualmente por duas semanas, desde 1995. Participam das reuniões delegados governamentais, organizações observadoras e jornalistas. Seu objetivo é avaliar o estado das mudanças climáticas e a eficácia do tratado da convenção, examinar as atividades dos países membros e discutir novos mecanismos e metas (<http://unfccc.int>). Uma das mais importantes foi a COP-3, realizada em Quioto em 1997, marcada pela adoção do Protocolo de Quioto, com metas de redução de emissões pelos países desenvolvidos. A COP-15 foi considerada o encontro mais importante da história recente dos acordos multilaterais ambientais, pois tinha o objetivo de estabelecer o compromisso dos 195 países signatários da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima para o pós-Quito.

O resultado da pesquisa apontou que a cobertura jornalística tanto no Brasil quanto em Portugal, representa o tema das mudanças climáticas como uma disputa de poder entre os campos políticos e econômicos. O discurso ecossocial, no qual as propostas mercantilistas não são superiores ao bem-estar sócioambiental, foi identificado nas matérias, no entanto é a visão ecotecnocrática que domina os discursos das duas coberturas. Esta visão afirma a necessidade de um crescimento econômico continuado e tenta equacionar a relação sociedade-ambiente e os limites do crescimento mediante um otimismo tecnológico, artifícios econômicos e mecanismos de mercado.

[...] os discursos que deveriam ser ambientais, são realocados para outros campos apresentando-se, na maior parte das vezes, como ecotecnocrático –aquele em que o meio ambiente é ferramenta para o crescimento econômico, aquele em que meio ambiente não é questão central, e sim é assunto a ser controlado depois da expansão dos negócios, depois do surgimento de outras tecnologias, depois dos embates políticos, depois de aproveitarmos mais um pouco todos os recursos que a natureza pode oferecer. (Girardi et al, 2011)

Outra pesquisa foi motivada pela realização da Rio+20, desta vez para analisar se cobertura jornalística problematizou o conceito de economia verde para esclarecer seus públicos. (Girardi et al, 2012). A questão é polêmica e, conforme a publicação Radar Rio+20 (2011), economia verde inclui processos relacionados ao combate às mudanças climáticas de origem antrópica e ainda “trata de reverter outras tendências insustentáveis, quer sociais – como o consumismo e a crescente desigualdade – quer ambientais– como a vasta contaminação dos ecossistemas e do próprio corpo humano por substâncias químicas.”

A pesquisa examinou o material publicado de 10 de abril até 22 de junho, nos portais de notícias UOL, G1 e Terra, escolhidos em função de sua audiência. Foi constatado que as notícias veiculadas sobre economia verde geralmente têm apenas uma fonte ou ponto de vista. Fontes governamentais a consideram oportunidade e Organizações Não Governamentais entendem que é um jeito de reforçar a ideia de natureza como mercadoria. Na maioria das vezes, o conceito não é questionado e está atrelado, ou é substituído, por crescimento verde, emprego verde, ecologização da economia, desenvolvimento sustentável.

A cobertura jornalística contempla aspectos sociais, econômicos e ambientais relevantes, mas sem aprofundamento. A economia verde é apresentada como um novo setor econômico, apoiado em novas tecnologias, com geração de novos negócios e empregos. As organizações não-governamentais e países em desenvolvimento deram o tom mais crítico à questão “trazendo questionamentos em relação à qualidade de vida e à autonomia das nações mais pobres que, normalmente, são pouco ouvidas em decisões internacionais e podem ser ainda mais castigadas com a “transição para a economia verde”. (Girardi et al. 2012). As autoras concluíram que “apesar de contribuírem para a ampliação da divulgação da temática ambiental, as notícias “não despertam a consciência ambiental do cidadão, pois as informações são fragmentadas e não qualificadas.”

Atenta ao tema das mudanças climáticas, Rubin (2011) analisou 41 edições e mapeou a cobertura de 90 acontecimentos climáticos no jornal Zero Hora. Ela

explica que a escolha dos meses deu-se em função de poder contemplar a mudança das estações do ano, as catástrofes climáticas e também a rotina. Observou como o jornalismo praticado representa a relação homem e clima, a partir dos valores-notícia encontrados e concluiu que o jornal representa o homem como vítima dos eventos climáticos. Para a autora:

Há uma personificação da natureza, diante desses eventos, na qual ela é apontada como a grande culpada pelas consequências, mudanças, destruição e mortes. Essa representação do clima mostra que não há um debate aprofundado sobre a própria intervenção do homem na natureza. Os valores-notícia que guiam a abordagem do clima e do tempo em Zero Hora não estão relacionados a aspectos como a problemática ambiental. Problemas como a má ocupação do espaço urbano, o assoreamento dos rios, os locais de risco e a falta de políticas públicas, os quais podem ser apontados como causadores de alagamentos ou enchentes, por exemplo, não são evidenciados nas notícias sobre o clima. (Rubin, 2011:5)

Em outro estudo, dessa vez realizado por Miranda (2012), como dissertação de mestrado foi pesquisado o uso das fontes jornalísticas e a forma como as questões relacionadas ao clima e meio ambiente são enquadradas e agendadas na revista *Veja* dentro do contexto do jornalismo ambiental brasileiro. Miranda investigou as reportagens sobre as temáticas clima e meio ambiente publicadas em *Veja* no primeiro semestre de 2011. Ela notou que existe relação entre as fontes e o enquadramento oferecido pela reportagem e também que as matérias que possuem um agendamento mais amplo por parte da revista, são também enquadradas de forma mais complexa. Há uma melhor elaboração quanto a quantidade de fontes e são mostradas no decorrer do texto perspectivas diferentes. A autora também nota que, em algumas matérias, *Veja* prefere não identificar a fonte. Merece destaque o seguinte trecho da sua análise:

Constatamos a utilização de um estilo de jornalismo investigativo que procura passar os pontos problemáticos da situação no Brasil e no Mundo. Nas matérias observadas, se notou uma visão do Brasil como um país de problemas ambientais. As soluções sustentáveis que o país já pratica, em nossa visão, não foram alvo de atenção da revista no semestre estudado. A utilização das fotos e imagens de infográficos ilustrativos são reforçadores destas mensagens presentes para o leitor. Elas vêm mostrar o caos nas situações de catástrofes ambientais; os vilões nas denúncias de crimes contra o meio ambiente; ou ainda a força da natureza no que tange problemas como o recuo do Mar Morto ou o aquecimento solar. (Miranda, 2012:87)

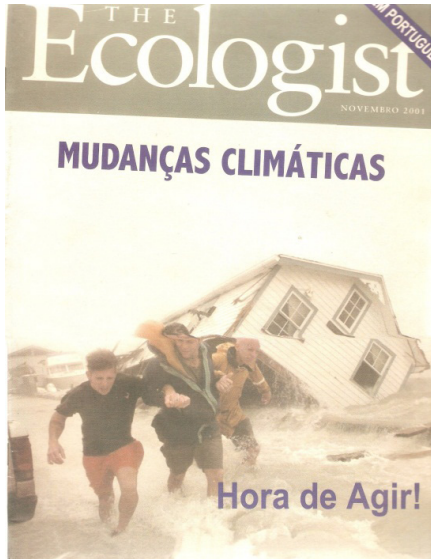
A necessidade de a imprensa mostrar para seus públicos que o aquecimento é decorrente da ação antrópica é apontada pelos pesquisadores Paulo Cezar Zangalli Junior e João Lima Sant'Anna Neto (2011), que analisaram o tratamento dado aos discursos produzidos sobre aquecimento global nos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, e também nas revistas semanais Veja e Época, no período de janeiro de 2000 a julho de 2008. Concluíram que “há certo distanciamento entre a mídia e a ciência, muitas vezes devido à necessidade de antecipar os fatos, outras devido aos atores e interesses envolvidos.” (2011: 1) Para eles, a imprensa, “não pode deixar de caminhar ao lado da ciência e debater o problema de forma qualificada, científica e politicamente.” (2011: 13). Completam seu pensamento afirmando:

Criminalizar o clima pelos problemas ambientais do planeta não é uma forma de mostrar ao público que o alarme soou e que se não mudarmos a forma como nos relacionamos com a natureza sérios problemas virão. (Zangalli Junior, Sant'Anna Neto, 2011:13)

Em artigo apresentado no 1º Encontro Interdisciplinar de Comunicação Ambiental (EICA) Universidade Federal de Sergipe (UFS) Júlia Kacowicz e Edneida Rabêlo Cavalcanti (2011) questionam se há interesse da imprensa em aprimorar a qualidade das informações transmitidas para contemplar seu caráter educativo. Consideram que uma das maneiras de melhorar a cobertura das mudanças climáticas é reforçar a apresentação das causas, soluções e consequências nas matérias.

Alguns elementos das abordagens mais comuns ao tema das mudanças climáticas, que são tomados como hipóteses da construção dos enquadramentos jornalísticos, estão sendo observados na pesquisa em andamento no doutoramento de Cláudia Herte de Moraes no grupo de pesquisa já referido neste texto (ver nota 4). Algumas reflexões foram apresentadas parcialmente no EICA (2011), como a ideia de que o caráter científico dos estudos do clima são especialmente reportados a partir dos relatórios do IPCC e esta matriz domina boa parte das notícias. No mesmo sentido, os eventos institucionalizados que reúnem representantes oficiais são ganchos jornalísticos mais utilizados para trazer o assunto ao público.

Como fato negativo, muitas vezes o senso comum é a tônica da cobertura, especialmente em relação aos chamados “desastres naturais”, que se intensificaram nos últimos anos, com narrativas dramáticas. Sob o discurso da sustentabilidade, o jornalismo de viés econômico aponta o meio ambiente como uma oportunidade de negócios, e os governos associam-se como fontes oficiais. Por fim, Moraes (2011) aponta que o conflito entre defensores e agressores da natureza é também encontrado em reportagens que contrapõem visões sobre o uso dos recursos naturais e a ênfase aos grandes acordos internacionais, às políticas de governo e à legislação, afastando o cidadão comum do problema.



The Ecologist, novembro 2001



Veja, Outubro 2005



Scientific American, outubro 2005



Superinteressante, outubro 2005



Época, fevereiro 2007



Ilustração 1: Época, junho 2012



Veja, junho 2012

Observamos que a cobertura da imprensa sobre as mudanças climáticas aumentou muito, mas destacamos que é necessário dar um salto quântico na cobertura para atender as recomendações dos estudiosos do jornalismo ambiental. Consideramos que manchetes catastrofistas, por exemplo, não têm contribuído para as mudanças de práticas que aumentam as emissões de gases de efeito estufa, embora o IPCC diga que até 2015 teremos chance de reverter o processo.

Reunimos, a seguir, algumas capas de revistas que nos chamaram a atenção justamente pelo apelo ao drama e ao medo diante de grandes catástrofes.

Suas manchetes - A terra no limite; O fim do mundo começou; A Fúria da natureza; O planeta pede socorro; A vingança da natureza; O planeta no limite; O mundo vai acabar?; Mudanças climáticas –hora de agir!– têm gerado reflexões, como as já mencionadas neste artigo. Será que produzir a sensação de medo pode auxiliar a formação da consciência ambiental e estimular a participação da sociedade na discussão pública sobre uma agenda ambiental efetiva, a partir de outra visão de mundo conectada com a teia da vida? As pesquisas têm apontado o problema dessas abordagens e sugerindo que a imprensa adote uma postura mais educativa apresentando narrativas interessantes, bem construídas, com denúncias e também com bons exemplos que estimulem mudanças no comportamento do cidadão. A capa de Época em junho de 2012 parece apontar nesta direção, a inclusão de uma perspectiva de ação a partir de vários aspectos que se encontram interligados.

Por outro lado, na observação da capa de Veja (junho 2012), outras questões ocupam o discurso sobre as mudanças climáticas e o meio ambiente como um todo. Percebe-se que há, na formulação do discurso hegemônico, o entendimento instrumentalista em relação ao meio ambiente. As verdades inconvenientes apontadas por Veja pretendem construir o sentido de que o homem deve estar acima da natureza, e não envolvido por ela.

3. UMA OUTRA RACIONALIDADE É PRECISO

Sabemos que existem muitos problemas ambientais gerados por opções tecnológicas que comprometem a qualidade de vida. A necessidade de mudanças para diminuir a emissão de gases que aumentam o efeito estufa é uma realidade alertada pelos relatórios do IPCC ao longo dos anos. Mas não são somente os relatórios do IPCC que estão exigindo mudanças na sociedade. Hoje, no Brasil, há uma campanha para acabar com o uso de venenos na agricultura. A condição de maior consumidor de agrotóxicos dá ao país a triste vantagem de assistir sua população sendo contaminada e perdendo a saúde lentamente. Existem muitos outros

problemas ambientais que precisam ser denunciados constantemente, assim como os bons exemplos devem ter visibilidade na imprensa. Há uma mudança em processo, mas também há um caminho longo pela frente. Concordamos com Capra (1982), quando recomenda:

[...] os jornalistas deverão mudar, e seu modo de pensar, fragmentário, deverá tornar-se holístico, desenvolvendo uma nova ética profissional baseada na consciência social e ecológica. Em vez de se concentrar em apresentações sensacionalistas de acontecimentos aberrantes, violentos e destrutivos, repórteres e editores terão de analisar os padrões sociais e culturais complexos que formam o contexto desses acontecimentos, assim como noticiar as atividades pacíficas, construtivas e integrativas que ocorrem em nossa cultura (Capra, 1982: 400).

Vemos que essa mudança é tão urgente quando a diminuição das emissões de gases estufa. Ela pode ser inspirada na ética do cuidado que ajuda a alcançarmos a compreensão que uma vida sustentável é um direito de todos os seres. Esta perspectiva poderia ser adotada pelo jornalismo nas suas narrativas sobre a realidade já que ele, como prática social, tem um forte potencial de nos informar o que está acontecendo, apresentar análises e apontar caminhos.

As pesquisas aqui relatadas mostraram aspectos positivos, aspectos negativos e sugeriram maneiras de qualificar a cobertura ambiental. Seguindo Leff (2001) recordamos que a racionalidade econômica e instrumental moldou os diversos segmentos do corpo social, gerando todos os problemas ambientais que conhecemos. A realidade exige uma nova racionalidade, a racionalidade ambiental, que integra princípios éticos, contempla uma gestão democrática e sustentável do desenvolvimento e respeita a diversidade biológica e cultural. É o que esperamos do jornalismo.

Portanto, pela ótica do jornalismo ambiental, é preciso qualificar a cobertura dos fenômenos associados às mudanças climáticas. Não basta apenas o alerta, o alarme, o tom catastrófico. Apontamos, pela reflexão apresentada, a necessária mudança na visão de mundo, na esperança de que se possa contribuir para a realização das mudanças sociais, pensadas, desde seu início, a partir da natureza e da relação do homem com as futuras gerações.

4. REFERÊNCIAS

BACCHETA, V. L. (org.) (2000): *Ciudadania Planetária*. Montevideo: International Federation of Environmental Journalists.

- CAPRA, F. (1982): *O Ponto de Mutação*, Cultrix, São Paulo.
- GENTILLI, V. (2005): *Democracia de massa: jornalismo e cidadania*, Edipucrs, Porto Alegre.
- GIRARDI, I, CAMANA, A., MASSIERER, C., MORAES, C.H., LOOSE, E.B., NEULS, G., GERTZ, L. (2011): "Discursos e vozes por trás das COP-15 e COP-16", *Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- GIRARDI, I., MORAES, C.H. DE, LOOSE, E.B., NEULS, G., MASSIERER, C., CAMANA, A., GERTZ, L. (2012): "O olhar do jornalismo sobre a Economia Verde: estudo a partir da cobertura da Rio+20 pelos portais G1, Terra e UOL". *Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*, PUCPR, Curitiba, PR, Brasil.
- KACOWICZ, J.; CAVALCANTI, E.R. (2011): "Mídia e mudanças climáticas: uma abordagem de educação ambiental?" *Anais do 1º Encontro Interdisciplinar de Comunicação Ambiental (EICA)*, UFS, Aracaju, SE, Brasil.
- LEFF, E. (2001): *Saber Ambiental, Vozes*, Petrópolis.
- MIRANDA, C. M. (2012): *Fontes Jornalísticas em Veja: enquadramento como estratégia de noticiabilidade em pautas de clima e meio ambiente*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.
- MORAES, C. H. (2011, maio): "A emergência das mudanças climáticas na imprensa e nos estudos da cobertura ambiental". *Anais do 1º Encontro Interdisciplinar de Comunicação Ambiental (EICA)*, UFS, Aracaju, SE, Brasil.
- Mudança do clima 2007, a base das ciências físicas. Painel Intergovernamental Sobre Mudança Climática (IPCC) (versão em português), (2007). IPCC. Recuperado em 10 jul, 2007, de <http://www.ipcc.ch/pdf/reports-nonUN-translations/portuguese/ar4-wg1-spm.pdf>.
- RADAR RIO+20, por dentro da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. (2011) FGV; ISA; Vitae Civilis, São Paulo.
- RUBIN, A. (2011): *Da previsão do tempo às catástrofes: os valores-notícia dos acontecimentos climáticos no Jornal Zero Hora (RS)*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.
- VIVARTA, V. (Coord.) (2010): *Mudanças climáticas na imprensa brasileira: uma análise comparativa de 50 jornais nos períodos de julho de 2005 a junho de 2007- julho de 2007 a dezembro de 2008 (Relatório de Pesquisa/2010)*. Brasília, DF, Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi). Recuperado em 08 dez, 2012, de

<http://www.andi.org.br/inclusao-e-sustentabilidade/page/andi-e-as-mudancas-climaticas>

ZANGALLI Junior, P.C; Sant'anna Neto, J. L. (2011): "O discurso das mudanças climáticas a influência dos agentes sociais no aquecimento global". *Revista Geografia em Atos*. Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente, n. 11, v.2, julho a dezembro de 2011, p.1-15.